

HABEAS CORPUS Nº 530.251 - MA (2019/0258454-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : JAIRO DE SOUSA LIMA E OUTRO
ADVOGADOS : ICLIS DE MOURA SOUSA - PI016109
JAIRO DE SOUSA LIMA - PI008222
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : DEOCLECIO NUNES DE CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de DEOCLECIO NUNES DE CARVALHO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO no julgamento do HC n. 0805431-65.2019.8.10.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante por ter, supostamente, cometido o crime previsto no art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, do Código Penal, tendo sido a prisão convertida em preventiva.

O pedido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar apresentado pela defesa, sob a alegação de que o paciente é dependente químico e ébrio habitual, foi deferido pelo Magistrado singular.

Na sentença que julgou o incidente de insanidade mental instaurado a pedido do *Parquet*, foi homologado laudo psiquiátrico que considerou o paciente imputável e mantido o recolhimento domiciliar do acusado.

Na sequência, o Juiz de primeiro grau, em juízo de retratação, deferiu o pedido de segregação cautelar apresentado em recurso em sentido estrito pelo órgão ministerial, ante o reiterado descumprimento das regras de prisão domiciliar.

O *writ* impetrado na origem foi denegado (e-STJ fls. 47-53).

Nesta via, sustenta o impetrante, em breve síntese, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa do paciente, em razão de encontrar-se preso há mais de 270 (duzentos e setenta) dias.

Alega que o paciente é portador de CID 10 - F19.1 e que a unidade em que se encontra custodiado não lhe oferece adequada estrutura de tratamento.

Requer a concessão da ordem para que a prisão preventiva seja revogada, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, sem prejuízo do estabelecimento de medidas cautelares alternativas (e-STJ fls. 3-35).

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 89-91).

Prestadas as informações (e-STJ fls. 95-103, 104-112 e 113-123), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação do *writ* (e-STJ fls. 125-131).

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a

verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

O Tribunal *a quo*, no acórdão que denegou o *habeas corpus*, asseverou (e-STJ fl. 51-53 - destaques acrescidos):

[...] No tocante ao excesso de prazo para conclusão dos autos, alegando que houve inversão tumultuária da ordem processual, porque a autoridade coatora teria se omitido de atender o pleito defensivo, em momento oportuno, só o fazendo após a decisão extraída no bojo da correção parcial, não há aqui como acatar o pedido.

É que, com relação ao alegado excesso de prazo, a análise não pode restringir-se ao tempo decorrente de sua prisão (19/12/2018) até a impetração, onde afirma que os autos encontram-se suspensos para realização de exame toxicológico que sequer tem data designada.

Sabe-se, porém, que o prazo para a conclusão do processo não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando pela mera soma aritmética de tempo para os atos processuais.

Todo processo tem um tempo “fisiológico” para o seu desenvolvimento e adequado julgamento, que deve ser suportado pelas partes. Somente quando tal tempo torna-se “patológico”, nas lições de Andrea Proto Pisani, ou seja, quando extrapola os limites do razoável, é que se concretiza a ilegalidade ou o dano.

No caso dos autos, o Paciente, dá a entender que o retardo para o início e conclusão da instrução ocorreu simplesmente por desídia da apontada autoridade coatora, o que não é verdade.

Verifica-se, pelas informações da autoridade coatora e em consulta ao sistema JURISCONSULT, que os autos têm obedecido uma marcha processual regular, dentro das peculiaridades que lhe são inerentes, já tendo, inclusive, se encerrado a instrução processual, com oferecimento das alegações finais pelas partes, estando pendente unicamente de providência requerida pela própria defesa, que atravessou Correção Parcial.

As decisões judiciais foram contestadas em sua grande maioria. A Defesa, no seu direito, é claro, atravessou pedidos diversos, impetrou habeas corpus, mandado de segurança e correção parcial, visando a suspensão da tramitação dos autos, que mesmos assim, teve a instrução

encerrada com a juntada das alegações finais. Aguardando agora, a conclusão do exame toxicológico, requerido pela Defesa.

Sendo assim, encontrando-se a instrução concluída, desde 28/02/2019, no aguardo apenas da realização do exame toxicológico, fica superada a tese de excesso de prazo para conclusão dos autos.

Quanto a carência de fundamentos e requisitos para manutenção da prisão do paciente, melhor sorte não tem o impetrante. [...]

Denota-se que o MM. Juiz apontado como coator consignou na referida decisão, a necessidade da segregação provisória, com vistas a evitar a reiteração delitiva, já que o Paciente tem propensão ao cometimento de condutas ilícitas, tendo sido beneficiado com prisão domiciliar e descumprido com as condições impostas, quando então foi novamente decretada sua prisão preventiva.

Ademais, a periculosidade do paciente e a sua propensão ao cometimento de delitos, ficou demonstrada por outros delitos pelos quais responde, sendo assim, temerosa a sua soltura. Assim, permanecendo solto, o Paciente desestabilizará a ordem pública, pela tendência a continuar na reiteração de condutas ilícitas, de modo que sua segregação, por ora, tem a finalidade de acautelar o meio social.

Portanto, ao contrário do que sustenta a impetração, bem andou o Juízo monocrático não só quando decretou a prisão preventiva do Paciente, como também, quando a manteve, estando as decisões suficientemente motivadas. Nunca é demais lembrar que quando beneficiado com a prisão domiciliar, o paciente deixou de cumprir com as determinações impostas e recursou-se ao tratamento adequado sugerido pelo Ministério Público e deferido pelo magistrado, que, relutando contra a prisão preventiva do paciente, determinou sua internação provisória, por entender medida mais viável para acautelar a Ordem Pública, posto que causara pânico aos próprios servidores do Fórum local.

Neste cenário, tem-se que os requisitos do art. 312 do CPP estão claramente preenchidos, haja vista o relevante indício do envolvimento do Paciente com a prática delitiva que lhe é imputada e o perigo concreto que oferece a paz social, com incidência de violência e desordem, não se submetendo ao tratamento adequado

apesar da determinação de internação compulsória.

Por outro lado, no tocante ao problema de saúde mencionado pelo impetrante, extrai-se das informações da autoridade coatora, que as providências pertinentes já foram adotadas, com a transferência do paciente e determinação ao diretor do presídio para os cuidados necessários com a saúde do paciente, não havendo nos autos qualquer demonstração cabal de que o paciente não esteja recebendo o tratamento adequado na Unidade em que está recolhido.

Registre-se ainda que as condições pessoais favoráveis do paciente, como primariedade, bons antecedentes, endereço certo e o fato de participação em todos os atos do processo, por si só, não tem o condão de descaracterizar a prisão, nem substituí-la por prisão domiciliar, quando informado pela polícia Civil, que praticou duas tentativas de homicídio e um furto, além do fato de ter se recusado à internação em estabelecimento especializado nesta Capital, não se submetendo, no tempo devido, a internação compulsória.

Fora isso, há notícia nos autos que o Paciente responde a outras ações penais, por crime de tráfico de drogas (Proc. 74/2019), furto (729/2018) e Lesão corporal leve e grave (Proc. 906/2018), todos em tramitação na Comarca de Passagem Franca.

Com essas considerações, presentes os requisitos autorizadores da manutenção da medida excepcional, nos termos do artigo 312 do CPP, ausente o alegado constrangimento ilegal passível de justificar a concessão do writ.

Verifica-se que o Juízo singular decretou a prisão preventiva, notadamente, para resguardar a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, destacando que "o paciente estava quebrando rotineiramente as regras da prisão domiciliar contra si decretada" (e-STJ fl. 97).

Na sequência, o Magistrado de primeiro grau indeferiu o pedido de revogação da prisão em decisão fundamentada na "gravidade do caso em tela, além do fato de que o paciente ser violador contumaz da lei penal e detentor de personalidade agressiva voltada para a prática de delitos", salientando, ainda, "que já fora oportunizado nestes autos o benefício da prisão domiciliar e mesmo ciente das garantias e limitações que tal modalidade lhe impôs, o paciente optou por reiteradamente e injustificadamente descumprí-las praticando, em tese, novos delitos, sendo duas tentativas de homicídio e um furto" (e-STJ fl. 98).

Delineado o panorama fático probatório, quanto aos fundamentos autorizadores da constrição processual, imperioso reconhecer que não há constrangimento

ilegal a ser sanado, uma vez que a custódia cautelar se encontra devidamente justificada na espécie, à luz do art. 312 do CPP, revelando-se necessária para a preservação, especialmente, da ordem pública, fragilizada diante real da possibilidade de reiteração criminosa.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada "para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa", deduzidos, a princípio, da natureza e da gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

De fato, constata-se que diante do descumprimento das regras da prisão domiciliar e da reiteração delitiva, a manutenção da prisão preventiva se encontra justificada e é realmente necessária para preservar a ordem pública e acautelar o meio social.

Patenteada, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e a preservação da prisão cautelar.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constitutiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Excluir essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em que: "O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

A propósito (grifos acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MÉRITO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EVITAR REITERAÇÃO DELITIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONDIÇÕES PESSOAIS

FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

4. As circunstâncias concretas demonstram o preenchimento dos requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312 do CPP). Com efeito, A custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC 121991, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 28/10/2014; HC 95024, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 14/10/2008; HC 111009, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 18/12/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-207 DIVULG 17-10-2013 PUBLIC 18-10-2013). [...] (STF, HC 124911 AgR, Relator Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 10/2/2015, Processo eletrônico DJe-041, divulg. 3/3/2015, public. 4/3/2015).

5. Eventuais condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva. Precedentes.

6. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

7. Ausente, portanto, constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem, de ofício, por esta Corte Superior.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 437.819/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018)

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. REINCIDÊNCIA. CRIME PRATICADO ENQUANTO EM GOZO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. É legítima a prisão preventiva decretada com o fim de garantir a ordem pública quando demonstrado, com base em elementos concretos, que se mostra necessária, dado o efetivo risco de continuidade das condutas criminosas. [...]

3. As medidas cautelares do art. 319 do Código de Processo Penal são insuficientes para resguardar a ordem pública diante do risco concreto de reiteração delitiva.

4. Ordem denegada.

(HC 439.296/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 23/10/2018)

No tocante ao aventado excesso de prazo do decreto preventivo, é imperioso destacar que, como tem orientado a doutrina e decidido esta Corte Superior, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir eventual excesso apenas pela sua soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo-se reconhecer o constrangimento ilegal somente quando o retardo ou a delonga são injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

A propósito (destaques acrescidos):

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA. CARTAS PRECATÓRIAS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. [...]

IV - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

V - Na hipótese, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, notadamente em razão da complexidade do feito, evidenciada pela necessidade seja pela de expedição de cartas precatórias, conforme consignado pelo d. juízo de origem.

VI - Ademais, mesmo que assim não fosse, a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa encontra-se, por ora, superada, tendo em vista que o processo está concluso para sentença, o que faz incidir, no caso, o enunciado sumular n. 52 desta Corte Superior, segundo o qual "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo".

Precedentes.

Recurso ordinário desprovido.

(RHC 119.295/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 26/11/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. INEXISTÊNCIA DE SALA DE ESTADO-MAIOR. MERA REITERAÇÃO DE WRIT ANTERIOR. EXCESSO DE PRAZO. MARCHA REGULAR. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

4. Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de recurso não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

5. Nesse contexto, verifica-se que o recurso esteve em constante movimentação, seguindo a sua marcha regular, não se verificando desídia por parte do Estado, e apesar de o acusado estar preso desde 27/11/2017 (fl. 238), a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional em relação à sua condenação, qual seja 16 anos e 6 meses de reclusão.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 113.688/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019)

Ademais, verifica-se nos autos que a defesa "atravessou pedidos diversos, impetrou habeas corpus, mandado de segurança e correição parcial, visando a suspensão da tramitação dos autos, que mesmo assim, teve a instrução encerrada com a juntada das alegações finais. Aguardando agora, a conclusão do exame toxicológico, requerido pela Defesa" (e-STJ fl. 52).

No que se refere à alegada inadequação da estrutura de tratamento da unidade em que o paciente encontra-se custodiado, extrai-se do acórdão recorrido que "as providências pertinentes já foram adotadas, com a transferência do paciente e determinação ao diretor do presídio para os cuidados necessários com a saúde do paciente, não havendo nos autos qualquer demonstração cabal de que o paciente não esteja recebendo o tratamento adequado na Unidade em que está recolhido" (e-STJ fl. 53), sendo inviável entender de modo diverso, dada a necessidade de revisão de elementos fático-probatórios, vedada nesta via.

Por fim, concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar custódia, dada a periculosidade social do agente, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para o acautelamento da ordem pública, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Como reiteradamente vem decidindo esta Corte Superior: "Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública" (RHC 100.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018).

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece do habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator